

Ministro apresenta pacote para combater atos antidemocráticos

GOVERNO FEDERAL

Dino lança pacote contra atos golpistas



Ministro da Justiça entregou propostas a Lula

FRANCA REGON, OUTORA PRESS, ESTÁGIO CONTEÚDO

“

Estive com o presidente da República, entreguei a ele um breve resumo dos projetos que estamos debatendo no âmbito do pacote da democracia.

Haverá um aprofundamento posterior para que já no início do período legislativo o presidente possa conversar com os outros poderes e ver o destino desses projetos que foram elaborados no Ministério da Justiça.

FLÁVIO DINO
Ministro da Justiça

Ministro da Justiça, Flávio Dino apresentou, ontem, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva um pacote de propostas legislativas para endurecer as punições e o cerco aos golpistas que atentaram contra o Estado democrático de direito.

Trata-se de movimento de resposta contra a tentativa de golpe realizada por bolsonaristas radicais no dia 8, em Brasília. No rol de medidas organizadas, está a criação de uma Guarda Nacional para proteger os prédios públicos da capital federal.

No pacote, consta ainda proposta de medida provisória (MP) que pretende exigir das plataformas digitais a criação de mecanismos mais rigorosos de monitoramento e remoção de publicações com ataques à democracia. A proposta de supressão de conteúdo das redes sociais vem sendo defendida pelo governo Lula e gera polêmica sob receio de que a medida possa vir a ser utilizada como forma de censura.

– Estive com o presidente da República, entreguei a ele um breve resumo dos projetos que estamos debatendo no âmbito do pacote da democracia. Haverá um aprofundamento posterior para que já no início do período legislativo o presidente possa conversar com os outros poderes e ver o destino desses projetos que foram elaborados no Ministério da Justiça – disse Dino.

As medidas sugeridas precisam do aval de Lula para serem encaminhadas ao Congresso, onde

devem ser discutidas nos formatos de proposta de emenda à Constituição (PEC), medida provisória e projetos de lei. O ministro batizou o conjunto de propostas como “pacote da democracia”.

Prédios

A proposta que exige mais esforço do governo é justamente a criação da Guarda Nacional por meio de PEC. O órgão ficaria responsável pela proteção ostensiva dos prédios dos três poderes e pela contenção de manifestações e ataques contra as instituições.

O ministro da Justiça enfatizou que “não há nenhuma ideia de federalização da segurança pública” do Distrito Federal. Segundo ele, o novo órgão não pretende substituir a Polícia Militar do DF. As duas corporações devem coexistir com atribuições diferentes.

Já os projetos de lei elaborados pela equipe de Dino propõem estrangular a base de financiamento de atos antidemocráticos. Um deles busca agilizar a perda de bens de empresas e pessoas físicas que participem de ataques à democracia.

No outro texto, o Ministério da Justiça busca aumentar as penas por crimes contra o Estado democrático de direito, o que inclui punições mais rígidas aos financiadores. Esse projeto de lei ainda busca criar tipificação no Código de Processo Penal para punir com mais rigidez quem atentar contra a vida dos presidentes de poderes.

Resumo

Veja algumas das iniciativas que integram o pacote elaborado pelo Ministério da Justiça.

As medidas deverão ser viabilizadas ou arquivadas apenas após análise do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Além disso, as alterações poderão ocorrer via proposta de emenda à Constituição (PEC), medida provisória (MP) e projetos de lei.

AS PROPOSTAS

• **Guarda Nacional:** órgão seria criado via PEC para reforçar a segurança em prédios públicos em Brasília. Objetivo também é evitar eventuais omissões de outras forças de segurança.

• **Redes sociais:** governo federal quer, via MP, novas regras que facilitem a exclusão de conteúdos antidemocráticos. Ideia é que plataformas removam materiais em poucas horas ou no mesmo dia, sob risco de sofrerem punições.

• **Punições:** projeto de lei para ampliar as penas contra quem praticar crimes contra a democracia e terrorismo.

• **Financiadores:** projeto de lei para viabilizar a perda de bens com agilidade contra quem praticar crimes contra a democracia. Objetivo é atingir financiadores de ataques.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Política **Página:** 7